

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: ESTUDOS DE CASO EM ESCOLAS DA CIDADE DE BOM JARDIM DE GOIÁS (GO)

Deuzair Sivirino Leonel dos Anjos¹

Suzanny Drielle Leonel Pereira²

Karina Luzia Andrade³

RESUMO: Com intuito de transpor os valores da educação tradicional, a educação especial e inclusiva surge com objetivo de formular novas políticas e reorganizar o processo de aprendizagem, visando uma educação igualitária. Objetivou-se nesse estudo, investigar o contexto da educação especial e inclusiva em escolas da cidade de Bom Jardim de Goiás (GO), verificar, por meio de estudo de caso, como acontece na prática, a educação especial e inclusiva nessas escolas e verificar se os recursos disponíveis são adequados e se os profissionais são preparados para a realização da aprendizagem especial. A pesquisa foi realizada mediante preenchimento de questionário por parte dos profissionais responsáveis pelos alunos especiais, focos da pesquisa. Foi possível observar que a educação especial e inclusiva acontece de fato na prática nas escolas analisadas, com qualidade, eficiência e competência dos gestores educacionais, mas necessita de adequações da estrutura escolar para se alcançar melhores resultados de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação especial. Educação inclusiva. Inclusão escolar. Necessidades especiais.

ABSTRACT: In order to transpose the values of traditional education, special and inclusive education arises with the objective of formulating new policies and reorganizing the learning process, aiming at an egalitarian education. The purpose of this study was to investigate the context of special and inclusive education in schools in the city of Bom Jardim de Goiás (GO), to verify, through case studies, as in practice, special and inclusive education in these schools, and to verify if the available resources are adequate and if the professionals are prepared for special learning. The survey was carried out by filling out a questionnaire by the professionals responsible for the special students, the focus of the survey. It was possible to observe that special and inclusive education actually happens in practice in the schools analyzed, with quality, efficiency and competence of educational managers, but needs adjustments of the school structure to achieve better learning results

Keywords: Special education. Inclusive education. School inclusion. Special needs.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema de grande complexidade que vem ocasionando grande inquietação nos diferentes segmentos da sociedade, principalmente no âmbito

¹ Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI), em Educação Infantil e Alfabetização pelo Instituto Cuiabano de Educação (ICE). Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia (UNIVAR). Bom Jardim de Goiás/GO, Brasil. E-mail: deuzairsivirino@yahoo.com.br.

² Especialista em Gestão da Qualidade e Engenharia de Processos pelo Instituto de Pós-graduação e Graduação (IPOG). Bacharela em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Goiânia/GO, Brasil. E-mail: suzydrielle@hotmail.com.

³ Doutoranda em Engenharia Química pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Ciência de Materiais e Bacharela em Engenharia de Alimentos pela UFMT. Orientadora da pesquisa. Florianópolis/SC, Brasil. E-mail: karina_andrade27@hotmail.com

escolar, causando contraditórias discussões (HANSEL; ZYCH; GODOY, 2014). A educação especial e a inclusão são e sempre serão, temas desafiadores, pois para muitos, ainda se trata de um assunto desconhecido (SILVA NETO *et al.*, 2018).

A educação especial é uma modalidade de ensino que visa o atendimento educacional especializado, disponibilizando recursos, serviços e orientações referentes a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem em turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2008). O papel da educação especial apresenta relevância diante da intenção de atender as crescentes exigências de uma sociedade que se encontra em constante processo de renovação e de busca incessante da democracia. Observa-se que isso só poderá ser alcançado diante de um cenário onde todas as pessoas tenham acessibilidade à informação, ao conhecimento e aos meios essenciais para a formação de sua plena cidadania (FUMEGALLI, 2012).

A Educação Inclusiva é um processo que objetiva ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Busca-se uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, devendo atender a diversidade de alunos. É caracterizada por uma abordagem humanística, democrática que percebe o

sujeito e suas singularidades tendo como objetivos a satisfação pessoal, o crescimento e a inserção social de todos (AMORIM, 2016). Ela é apoiada pela legislação brasileira, onde garante-se o acesso educacional de todos os educandos (BATISTA; MANZOLI, 2016).

Entender esses dois tais temas e todos aspectos que os cercam pode representar algo que traga certas angústias e polêmicas, e por isso, faz-se necessário compreender a história da pessoa com deficiência e percorrer a trajetória da educação especial até atingir o movimento atual, da Educação Inclusiva (SILVA NETO *et al.*, 2018).

A Educação Inclusiva, ou ainda, a Educação Especial, no Brasil, teve início em meados do século XIX, diante da criação da primeira escola especial, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, que atualmente é denominada de Instituto Benjamin Constant (IBC). Junto a isso, em 1857, foi criado o Instituto Imperial de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro, hoje denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES) (SILVA, 2015).

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira garantiu que é objetivo da República Federativa do Brasil, a promoção do bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer

outros tipos de discriminação (Artigo 3º, Inciso IV). No Artigo número 205, assegura-se que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. No artigo 206, estabelece-se a igualdade de exigências para a acessibilidade e permanência escolar. O Artigo 208, Inciso III, assegura que o Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, sendo garantido pela Constituição Federal. Diante disso, é assegurada a frequência de todos os no ensino regular, baseando-se no princípio de igualdade. Logo, todo aluno tem direito de se matricular no ensino regular, e a escola é responsável por matricular todos esses alunos, não havendo discriminação com qualquer pessoa devido à uma deficiência ou perante de qualquer outra alegação (BRASIL, 1988).

Outro fato que impulsionou o processo de inclusão de forma mundial, incluindo o Brasil, foi a Declaração de Salamanca. Trata-se de um documento desenvolvido em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial que aconteceu na cidade de Salamanca, na Espanha. Essa Conferência Mundial sobre Educação Especial nasceu da parceria entre o governo da Espanha com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), objetivando o fornecimento de diretrizes

básicas para formular e reformar políticas públicas e sistemas educacionais para que atendesse o público de forma geral, sendo igualitário, independentemente das circunstâncias de modo pessoal, social, econômico e sociocultural (SILVA, 2015).

Ao falarmos sobre alunos com deficiência, faz-se necessário compreender que o processo de aprendizagem pode ser alcançado dentro de uma sala de aula regular, alterando o pensamento excludente de que esses alunos são incapazes de estudar, conviver e aprender junto com os demais (SILVA NETO *et al.*, 2018).

O processo de transformação acontece, primeiramente na família, depois, continuamente, no âmbito escolar, onde é o espaço único que os indivíduos são qualificados para compreender conteúdos, comunicar-se e construir conhecimentos (SILVA NETO *et al.*, 2018).

Na maioria das vezes, é difícil comportar-se diante de uma pessoa com deficiência. Um fato de grande relevância diante disso trata-se da formação adequada do professor, evitando situações desconfortáveis no seu dia a dia e em seu trabalho, facilitando o desenvolvimento do professor dentro da sala de aula e auxiliando no processo de aprendizagem de alunos com deficiências (RODRIGUES; FERREIRA, 2017).

O papel do professor é ser mediador de promoção de um ensino igualitário e sem

desigualdade, lembrando que, quando falamos sobre inclusão, a referência não é apenas aos alunos com deficiências, mas também é referência por um ambiente diversificado e singular, onde são formados cidadãos para a sociedade (RODRIGUES; FERREIRA, 2017). Sabe-se que é difícil, perante tantos obstáculos, como o número grande de alunos em sala de aula, mas é necessário entender o outro com sua diferença, disponibilizando um ensino adequado. Todo ser humano, independentemente de sua deficiência, é detentor de capacidades e também de limitações (FUMEGALLI, 2012).

A inclusão escolar de alunos com deficiência simboliza uma revolução educacional, representando um caminho essencial diante também da inclusão social, constituindo uma meta cada vez mais consolidada em variados sistemas. Ela envolve o distinguir de um ambiente eficiente, diferente, aberto, comunitário, solidário e democrático, onde a multiplicidade ultrapasse a integração e alcance uma sociedade onde haja a igualdade para todos (FUMEGALLI, 2012).

O desenvolvimento dessa pesquisa justifica-se diante da necessidade de

ampliação de conhecimentos acerca da temática “Educação Especial Inclusiva”, explorando desde referências bibliográficas até a realização de estudo de caso no ambiente escolar. Assim, possibilita-se entender melhor como acontece a aprendizagem dos alunos especiais, identificando as necessidades básicas de aprendizagem destes, bem como as dificuldades encontradas pelos profissionais da educação diante do processo de aprendizagem especial.

Como problemática dessa pesquisa, tem-se a seguinte questão: Como acontece, na prática, a educação especial e inclusiva em escolas da cidade de Bom Jardim de Goiás (GO)? Existem recursos adequados e profissionais preparados para a realização da aprendizagem especial nessas escolas? Espera-se que a qualidade, eficiência e competência dos profissionais da educação, além dos recursos e da disponibilização de uma estrutura escolar adequada atendam às exigências necessárias para que ocorra a realização da aprendizagem especial nessas escolas de forma satisfatória.

Assim, o objetivo do estudo foi investigar o contexto da educação especial e inclusiva em escolas da cidade de Bom Jardim de Goiás (GO).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Primeiramente, foi desenvolvida uma revisão da literatura acerca do conteúdo sobre Educação Especial e Inclusiva. A pesquisa foi realizada no meio eletrônico, investigando bases de dados como Google Scholar, Science Direct, Scielo e outros, utilizando-se das seguintes como palavras-chave para busca: educação especial, educação inclusiva, educação especial e inclusiva, Declaração de Salamanca, Inclusão escolar no Brasil, dentre outras. O critério de seleção de arquivos se deu da seguinte forma: foram selecionados arquivos veiculados na língua portuguesa, sendo eles provenientes de monografias, dissertações, teses, livros, normas e artigos da área pesquisada.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudo de caso 1

O primeiro estudo de caso se deu no Colégio Estadual Ana Rita de Faria (Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano), onde estão matriculados 383 alunos. Deste total, 10 apresentam diferentes necessidades especiais, incluindo CID F.71 – Retardo Mental Moderado; CID 10 Q.02 – Microcefalia; CID 10 F.70 – Retardo Mental Leve; CID 10 G.82.2 - Paraplegia não especificada; CID 10 F.32.0 – Episódio Depressivo Leve; CID 10 F.84.5 –

Posteriormente, adentrou-se aos estudos de caso (ABEC, 2015). Foram desenvolvidos 02 estudos de casos em escolas localizadas na cidade de Bom Jardim de Goiás (GO), onde realizaram-se entrevistas com preenchimento de questionário contendo questões variadas relacionadas à Educação Especial e Inclusiva. Os questionários foram preenchidos no período de 20 de maio a 10 de junho de 2020, onde os responsáveis por esse preenchimento tratavam-se das professoras responsáveis pela aprendizagem dos alunos especiais, que representaram os focos de estudo desse trabalho.

Síndrome de Asperger; CID 10 F.90.0 - TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade; CID 10 – F.90.0 - Distúrbios da atividade e da atenção; CID 10 - H91.3 - Surdo-mudez, dentre outras.

O aluno especial que representou o foco deste primeiro estudo de caso, no momento da entrevista, possuía 11 anos e cursava o 6º ano do Ensino Fundamental II, sendo diagnosticado com: CID 10 – Déficit intelectual: F.70 – Retardo Mental Leve e F.71 – Retardo Mental Moderado;

CID 10 F.80.1 – Transtorno do desenvolvimento da linguagem; CID 10 DMS 5 - Transtorno de aprendizagem - Transtorno da leitura ou dislexia.

A professora responsável pelo ensino desse aluno tinha Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia e Pós-Graduação em Educação Infantil e Alfabetização, atuante como profissional da Educação há 21 anos, sendo 13 anos destinados à aprendizagem de ensino especial.

A professora relatou que a aula deste aluno especial era realizada junto com os demais, porém, com atividades adaptadas à realidade do educando e de acordo com o conteúdo apresentado, sendo essas atividades com formatos orais e/ou escritas. Quando questionado sobre as estratégias de ensino utilizadas para desenvolver o processo de aprendizagem do aluno especial, a professora mencionou a realização de trabalhos com materiais e brinquedos pedagógicos e mídias (celular, computador, etc.). Sobre o processo avaliativo do aluno, foi afirmado por ela isso ocorria de forma adaptada, com parceria entre professor de apoio e regente.

Questionou-se a opinião da professora em relação ao desempenho do aluno e como ela observava essa inclusão considerando o ritmo de aprendizagem desse aluno em sala de aula. A professora respondeu que se tratava de um aluno

frequente e participativo, porém, que não conseguia assimilar tudo que lhe é ensinado. É bem aceito pelos professores e colegas da sala de aula, os quais, muitas vezes, se oferecem para auxiliá-lo.

Posteriormente, foi questionado se existia uma interação entre aluno especial e os demais alunos e professores da escola, e de que forma isso ocorria, a professora afirmou que ocorria a interação em todo o grupo escolar, onde alunos e funcionários sempre estão prontos a proteger e favorecer o aprendizado desse aluno.

Na opinião da professora, as limitações apresentadas pelo seu aluno apresentam grande complexidade, pois ele não consegue acompanhar atividades orais (explicação) e escritas (da lousa e folhas xerocopiadas com atividades longas, observa, mas não compreende). Ainda, referente ao processo de inclusão que favorece a construção da aprendizagem dos conteúdos curriculares, a professora acredita que a sua ajuda é mais plausível na parte social e cooperativa, apesar de que, propostas de atividades não são em vão, que algo sempre ficará gravado.

Ao questionar a opinião da professora referente à estrutura da escola, se é adequada para o atendimento do aluno especial, ela respondeu que no seu ponto de vista, só falta a adequação da sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Sobre os principais desafios encontrados pela professora, ela mencionou que os desafios são diários, há dias que se pode ir muito além do imaginado, outros, sente-se incompleta, mas sabe que o aluno especial será sempre uma caixinha de segredos, bem como muitos outros ditos 'normais'. Para encerrar a entrevista, abriu-se espaço para a professora fazer comentários ou observações de modo geral, acaso quisesse. Assim, a professora indagou e afirmou acreditar ter sido bem sucinta no preenchimento do questionário, de acordo com a realidade em que é vivida na escola.

Estudo de caso 2

O segundo estudo de caso se deu na Escola Estadual Miguel Nasser (Ensino Fundamental I), onde estão matriculados um total de 54 alunos, sendo apenas 1 aluna dotada de necessidades especiais.

A aluna especial que representou o foco deste segundo estudo, no momento da entrevista, tinha 8 anos e cursava o 3º ano do Ensino Fundamental I, sendo a sua necessidade especial referente à: CID 10 G.40 - Epilepsia e síndromes epilépticas idiopáticas definidas por sua localização (focal) (parcial) com crises de início focal; CID 10 F.83 - Transtornos específicos misto do desenvolvimento; CID 10 F.70.1 – Atraso cognitivo, Retardo mental leve - comprometimento significativo do

comportamento, requerendo vigilância ou tratamento; CID H.35.1 HD - Retinopatia da prematuridade severa; CID H.52.1 – Miopia; CID H.54.5 - Visão subnormal em um olho – Baixa acuidade visual OE devido a complicações da retinopatia da prematuridade; Apresenta miopia associada. A professora responsável pelo ensino dessa aluna é Licenciada Plena em Pedagogia, Pós-graduada em Educação Infantil e Alfabetização e Pós-graduanda em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica, atuante como profissional da Educação há 21 anos e há 5 meses, na aprendizagem de ensino especial.

A professora relatou que a aula desta aluna especial é realizada, na maioria das vezes, junto com os demais alunos e algumas aulas são realizadas separadamente. A professora mencionou o desenvolvimento de atividades adaptadas com a aluna especial, de acordo com o conteúdo dos demais alunos da sala de aula, como por exemplo, atividades para desenvolver a coordenação motora, recorte, colagem, pesquisa, etc., como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Exemplos de atividades desenvolvidas com a aluna.



Fonte: Autor (2020).

Quando questionado sobre as estratégias de ensino utilizadas pela professora para desenvolver o processo de aprendizagem do aluno especial, a mesma mencionou a utilização de materiais pedagógicos, brinquedos, alfabeto móvel, material dourado, ábaco, calculadora, jogos pedagógicos, jogos de memória, aula vídeo, e mídias (celular, computador, etc.). Sobre o processo avaliativo, foi mencionado que a criança é avaliada no todo, tendo avaliações bimestrais adaptadas conforme a necessidade da aluna de não saber ler e nem escrever.

Ao indagar a professora sobre a sua opinião em relação ao desempenho da aluna e como ela observava essa inclusão considerando o ritmo de aprendizagem dessa aluna em sala de aula, ela afirmou que o desempenho da aluna é muito lento, pois a dificuldade é muito grande e que essa inclusão é observada considerando o ritmo de aprendizagem dessa aluna em sala de aula, que é bem aceita pelos alunos e professores, onde os colegas sempre oferecem ajuda.

Em relação a interação da aluna com demais alunos e professores da escola, a professora afirmou que a aluna interage com a professora e com todos os colegas, todos que a chamam para sentar junto em trabalhos em grupos e em brincadeiras, a aluna sempre vai junto, sem problema nenhum.

Referente as principais limitações enfrentadas pela aluna especial, a professora mencionou que ela possui pouca audição, tem a fala muito baixa, não tem coordenação motora e apresenta dificuldade de dicção. Ainda, sobre a opinião da professora, para o aluno especial, o processo de inclusão favorece apenas um pouco a construção da aprendizagem dos conteúdos curriculares, pois as atividades precisam ser adaptadas conforme os conteúdos.

Ao ser indagada sobre a estrutura da escola, se é adequada para o atendimento do aluno especial, a professora afirmou que sim e que a escola tem adaptação para os alunos especiais que nela estuda, mas vê que há a necessidade construção de uma sala de AEE para atender todas as crianças com necessidades especiais, com um suporte maior com computadores e etc., até mesmo para melhorar a interação com as outras crianças de outra escola.

Foi questionado ainda, os principais desafios encontrados pela professora, sendo mencionado o momento em que a

criança realiza as atividades propostas, pois tem dia que a aluna está mais esperta, outro dia está lenta, mas como profissional da educação, ela entende isso. Foi citado ainda como problema, a falta de apoio por parte da subsecretaria com as avaliações externas que nem um momento pensa em criança com necessidades especiais.

Por fim a professora afirmou ficar muito ansiosa pelo aprendizado da aluna, pois a vontade dela é que essa aluna pudesse desenvolver todas as atividades propostas em sala de aula com bastante sabedoria e firmeza.

Ao analisar esses dois estudos de caso, em um contexto geral, observa-se que a Educação Especial e Inclusiva exige um trabalho mútuo onde os serviços de equipes interdisciplinares contribuem para o alcance de resultados satisfatórios dos programas educacionais, mas para que a aprendizagem especial seja efetiva e satisfatória, é necessário comprometimento, planejamento, estruturas e recursos adequados e com uso racional.

As escolas devem acolher todos indivíduos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e etc. Sejam crianças com deficiência ou bem dotada, moradoras de ruas e que trabalham, dos mais diversos tipos de populações, etnias ou culturas, ou ainda, desfavorecidas ou

marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

A estrutura escolar é vista como grande obstáculo, mesmo existindo políticas públicas educacionais avançadas, a maior parte das escolas regulares apresentam déficit de recursos estruturais e financeiros, assim também como recursos humanos, onde citam-se os professores especializados, dificultando a real inclusão do aluno na sala de aula. O papel da escola é facilitar a comunicação e da disseminação de informações sobre deficiência e estimular a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência (FUMEGALLI, 2012).

É preocupante o fato de que grande parte das escolas não garantem uma educação de qualidade e apresentam uma prática que mais exclui do que inclui. Além disso, não dispõem da infraestrutura e de condições e didático-pedagógicas adequadas para o atendimento das crianças de um modo geral e ainda, discriminam os marginalizados. É necessário um ato de transformação, a começar pela sociedade e pelos líderes escolares, pois é preciso que os alunos sejam recebidos em sala de aula de forma adequada (NASCIMENTO, 2014).

O professor, juntamente com o ambiente escolar, devem rever suas estratégias de ensino, não limitando-se ao

ambiente de sala de aula, reavaliando-se novas práticas pedagógicas, facilitando o acesso e permanência nesse espaço como um todo, seja em uma escola como prédio ou até mesmo em mesas e cadeiras, usufruindo dos meios ofertados pela instituição. Vale ressaltar que os materiais devem ficar sob responsabilidade dos professores, e não ao alcance das crianças. Ainda, a organização do espaço físico também deve ser definida pelo professor. Deve-se analisar o acesso em relação ao espaço, tanto na cidade como no ambiente escolar, ofertando ambientes adequados para diferentes necessidades e diferentes idades, mantendo a organização e a adaptação adequada conforme necessidade (RODRIGUES; FERREIRA, 2017).

Infelizmente, existem profissionais que acreditam que a presença dos alunos com deficiência interfere na rotina da escola. Diante disso, temos que buscar uma inclusão que afaste esse tipo de pensamento e assumir novas posturas de ensinamentos e de aprendizagens, renovando o ambiente escolar (CUNHA, 2015).

Sabe-se que isso não é uma tarefa fácil, mas devemos acreditar que é possível e que as dificuldades inerentes a todo processo educativo podem e devem ser ultrapassadas diante do desejo de ensinar

todas as crianças de modo igualitário. Muitos professores têm demonstrado que é possível e o quanto é gratificante trabalhar em sala de aula com diversidade, implementando a educação inclusiva, enfrentando e superando desafios, desde que essa caminhada seja solidária e comunitária, havendo participação do professor, da escola, da família, da sociedade e de envolvidos no processo de aprendizagem de educação das crianças, pois a inclusão é responsabilidade de todos, e não apenas do professor (NASCIMENTO, 2014).

Por isso, é necessário preconizar a Educação Especial e Inclusiva de qualidade que decorra de forma efetiva sob a perspectiva da inclusão. Não adianta apenas inserir o aluno com deficiência no ambiente, é preciso assegurar uma educação que considere a sua condição, seja ela qual for, caso contrário, desencadeia em um processo de exclusão do mesmo (GAIA, 2017).

Segundo Nascimento (2014), quando alcançarmos a inclusão de todos alunos com necessidades especiais, poderemos mudar a mentalidade da sociedade, quebrando paradigmas e extinguindo-os de vez.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, observa-se que as escolas dispõem de profissionais da educação especializados e competentes, capazes de realizar a aprendizagem especial de forma satisfatória. Já em relação aos recursos disponibilizados referentes a estrutura escolar necessários para realização da aprendizagem especial, notou-se, no primeiro estudo de caso, a necessidade de adequação da sala de AEE. No segundo estudo de caso, observa-se a necessidade de maior suporte estrutural, com disponibilização de uma sala de AEE para atender todas as crianças com necessidades especiais.

A partir dessa pesquisa foi possível observar que a educação especial e inclusiva acontece na prática nas escolas analisadas, com qualidade, eficiência e competência dos gestores educacionais,

mas necessita de adequações da estrutura escolar para se alcançar melhores resultados de aprendizagem na educação especial e inclusiva.

Enfatiza-se que as características individuais de cada pessoa devem ser respeitadas, acreditando na capacidade de aprendizado de cada um, desde que haja possibilidades e estratégias na readequação de práticas escolares. Deve-se eliminar os rótulos nos ambientes escolares e evitar classificar comportamentos, promovendo assim, relações recíprocas e dialéticas. Destaca-se ainda que, a educação especial e inclusiva trata-se de uma temática que precisa ser amplamente discutida e que a sua execução exige a disponibilização adequada de recursos, infraestrutura, qualificação profissional e participação da comunidade escolar.

5 AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio mútuo e constante, e à minha orientadora Karina L.

Andrade, pela orientação e dedicação durante o desenvolvimento dessa pesquisa.

6 REFERÊNCIAS

ABEC. **Elaborando trabalhos científicos**. 3. ed. Barra do Garças: ABEC/UNIVAR, 2015. 140 p.

AMORIM, M. F. Educação especial e educação inclusiva. *In*: II Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Editora Realize. 2016.

BATISTA, B. R.; MANZOLI, L. P. Educação inclusiva: um estudo de caso sobre o trabalho docente na educação infantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [s. l.], v. 11, ed. esp. 2, p. 881-894, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.html. Acesso em: 15 mai. 2020.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre: Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 7 maio 2020.

FUMEGALLI, F. R. C. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** 2012. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial: Deficiência Mental e Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

GAIA, R. S. P. **Educação especial no Brasil: análises e reflexões**. 2017. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170719100610.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

HANSEL, A. F.; ZYCH, A. C.; GODOY, M. A. B. **Fundamentos da educação inclusiva**. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/911/5/Fundamentos%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>. Acesso em: 26 maio 2020.

NASCIMENTO, L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, H. D. C.; FERREIRA, C. W. S. Educação especial inclusiva: um estudo bibliográfico sobre o processo de inclusão de alunos. **Semana Acadêmica Revista Científica**, [s. l.], v. 1, ed. 99, p. 1-11, 2017.

SILVA NETO, A. O. *et al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

SILVA, A. N. da. **Educação inclusiva na educação infantil em um CREI de João Pessoa/PB**. 2015. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.